

celos: pelo encaminhamento de ofício à Defensoria Pública do Distrito Federal para conhecimento e providências cabíveis. Aprovado, à unanimidade. No dia seguinte, o Conselho se reuniu para discutir a questão da possibilidade de transferência do preso para outro estado. O Presidente, Dr. Antônio Cláudio Mariz de Oliveira, recebeu ofício do Ministério Público solicitando que o Conselho interceda junto ao DEPEND/MJ. Os Procuradores disseram que essa reunião foi muito importante, pois a situação, agora, terá uma dimensão nacional. O Presidente solicitou que o Conselheiro Vetuval Martins Vasconcelos veja a possibilidade de o preso ser transferido para a Penitenciária de Brasília. O Conselheiro Vetuval Martins Vasconcelos disse que irá tratar com o Juiz e com a Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal. O Presidente disse que também falará com o Ministro da Justiça e com o Diretor do DEPEND/MJ sobre essa possibilidade. Falou, ainda, que a reunião foi assunto de capa do Jornal Diário de Natal. E que a realização desta reunião foi sob todos os títulos louvável e que o Conselho continuará realizando essas audiências públicas. O Conselheiro Bernardino Ovelar Arzamendia propôs que a Comissão de Inspeção responsável pelo Estado do Rio Grande do Norte faça uma visita para apresentar o quadro da situação carcerária. O Presidente disse que é muito importante a realização desta visita e solicitou que os Conselheiros Ana Sofia Schmidt de Oliveira e Carlos Antico a agendem. Por fim, agradeceu a presença de todos, encerrando a reunião. Para constar, lavrou-se a presente ata, que assino a seguir. Luciane Espíndola de Amorim Souza.

ANTÔNIO CLÁUDIO MARIZ DE OLIVEIRA  
Presidente do Conselho

#### DESPACHO DO CONSELHEIRO-RELATOR

Em 17 de março de 2004

Gab. FOM 010/2004  
Medida Cautelar nº 08700.000018/2004-68  
(Apensada aos atos de concentração nº 53500.002400/2004 e Ato de Concentração n.º53500.005049/2003, conexos).  
Requerentes: Associação Nacional de Investidores do Mercado de Capital - ANIMEC.  
Advogados: Alberto Pavie Ribeiro, Ana Frazão e Pedro Gordilho.

Requeridas: Telecom Itália International N.V., Techold Participações S.A., Timepart Participações Ltda., e Solpart Participações S.A.

Advogados: Robson Goulart Barreto, Djenane Lima Coutinho, Fábio Amaral Figueira, Cláudia Domingues Santos, Daniela Fonseca Arreguy, Danielle Toscano e Hermida.

Conselheiro - Relator: Fernando de Oliveira Marques  
Tópico final do Despacho Gab.FOM nº 10/2004, proferido pelo Conselheiro-Relator e referendado na 316ª Sessão Ordinária do Plenário do CADE:

LXVIII. Forte em tais considerações, extingo o processo sem julgamento do mérito em relação à Associação Nacional dos Investidores no Mercado de Capitais - ANIMEC, que fica assim excluída do pólo ativo, assumindo este Conselho a titularidade do impulso oficial do processo, em razão do que passo a atuar, de ofício, e CONCEDO MEDIDA CAUTELAR a fim de ordenar à requerida Telecom Itália International N.V. que preserve a reversibilidade da operação até final julgamento do Ato de Concentração n.º 53500.002400/2004, que tem por objeto o retorno da TII ao grupo de controle da Solpart / Brasil Telecom, suspendendo-se, para tanto, a aplicação das Seções 5 ("Recuperação de determinadas seções suspensas do acordo de acionistas de 2002 e determinadas obrigações das partes") e 6 ("Opções de compra e venda") do termo aditivo firmado em 27 de agosto de 2002.

LXIX. Em decorrência do provimento liminar ora deferido, determino à requerida Telecom Itália International N.V. que mantenha suas atividades empresariais de forma independente, abstendo-se de retornar ao Grupo de Controle da Brasil Telecom, operando de maneira autônoma nos moldes de sua atuação anterior a 01/01/2004, em ordem a preservar o status concorrencial anterior àquela data.

LXX. Para a hipótese de descumprimento de qualquer das determinações contidas na cautelar ora deferida, fixo multa diária de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) até a purgação do atentado à ordem fática, que ora se pretende preservar, nos termos do artigo 25 da Lei 8.884/94 c.c. artigo 12 da Resolução CADE nº 28/2002.

LXXI. Determino, outrossim, a reversão ao status quo ante de eventuais atos porventura já implementados ao arripio do quanto decidido nos itens anteriores, assinando às requeridas, em tal hipótese, o prazo de 10 (dez) dias para o desfazimento dos atos, sob pena de multa, ora fixada em parâmetro idêntico ao estabelecido no item anterior.

LXXII. Procedam os serviços de apoio processual desta Autarquia às necessárias alterações nos registros dos feitos, consignando a extinção da cautelar requerida por Animec, sem julgamento do mérito, nos termos do artigo 267 do Código de Processo Civil.

LXXIII. A fim de aproveitar os atos e termos do processado, prestigiando as diligências e elementos trazidos aos autos sobretudo pela Animec, Brasil Telecom e Telecom Italia, mercê do elevado debate e riqueza de fundamentos trazido por seus doutos procuradores, e até mesmo por medida de economia processual, determino a re-autuação do feito, para fazer constar expressamente no pólo ativo o "Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Ex Officio", e no pólo passivo "Telecom Itália International NV", passando os autos a tramitar, doravante, sob o impulso oficial do conselheiro relator.

LXXIV. Publique-se o dispositivo deste decisório (itens LXVIII a LXXIV) na Imprensa Oficial.

LXXV. Submeto a presente decisão, ad referendum, à manifestação deste plenário,

FERNANDO DE OLIVEIRA MARQUES

#### DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO CONSELHO SUPERIOR

##### RETIFICAÇÃO

Na ATA DA 44ª REUNIÃO ORDINÁRIA (\*) - REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2004, publicada no D.O.U. de 19/3/2004, Seção 1, pág. 35, na nota de republicação, onde se lê: 18-03-2003, leia-se: 18-03-2004.

(P/COEDE)

#### DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL DIRETORIA EXECUTIVA

##### PORTARIA Nº 1.182, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2003

O DIRETOR-EXECUTIVO DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 32 do Decreto nº 89.056 de 24 de novembro de 1983, alterado pelo artigo 1º do Decreto nº 1.592, de 10 de agosto de 1995, atendendo solicitação por parte do interessado, bem como decisão prolatada no Processo nº 08512.006051/2003-38-DELESP/SR/DPF/SP; resolve:

Conceder autorização à empresa ARATU SEGURANÇA E VIGILÂNCIA S/C LTDA., CNPJ/MF nº 04.348.513/0001-49, especializada em prestação de serviços de Vigilância, no Estado de SÃO PAULO, para exercer a atividade de SEGURANÇA PESSOAL PRIVADA, nos termos do artigo 37, da Portaria 992-DG/DPF de 25 de outubro de 1995, publicada no D.O.U. de 31 de outubro de 1995.

ZULMAR PIMENTEL DOS SANTOS

(88.123.162.118-0/R\$ 149.60/16.02.04)

##### PORTARIA Nº 213, DE 30 DE JANEIRO DE 2004

O DIRETOR-EXECUTIVO DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 45 do Decreto nº 89.056 de 24 de novembro de 1983, alterado pelo artigo 1º do Decreto nº 1.592 de 10 de agosto de 1995, e atendendo solicitação por parte do interessado, bem como decisão prolatada no Processo nº 08400.028096/2003-21-SR/DPF/PE; resolve:

Conceder autorização à empresa PRESERVE SISTEMAS DE VIGILÂNCIA LTDA., CNPJ/MF nº 02.196.403/0001-83, sediada no Estado de PERNAMBUCO, para adquirir em estabelecimento comercial autorizado pelo Departamento de Material Bélico do Exército, armas e munições nas seguintes quantidades e natureza: 06 (SEIS) REVÓLVERES CALIBRE 38 E 72 (SETENTA E DOIS) CARTUCHOS DE MUNIÇÃO CALIBRE 38.

GETÚLIO BEZERRA SANTOS

(88.123.162.696-4/R\$ 149.60/11.03.04)

##### PORTARIA Nº 305, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2004

O DIRETOR-EXECUTIVO DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 45 do Decreto nº 89.056 de 24 de novembro de 1983, alterado pelo artigo 1º do Decreto nº 1.592 de 10 de agosto de 1995, e atendendo solicitação por parte do interessado, bem como decisão prolatada no Processo nº 08430.028783/2003-99-SR/DPF/RS; resolve:

Conceder autorização à empresa PROSEGUR BRASIL CURSOS DE SEGURANÇA LTDA., CNPJ/MF nº 25.299.785/0006-80, sediada no Estado do RIO GRANDE DO SUL, para adquirir em estabelecimento comercial autorizado pelo Departamento de Material Bélico do Exército, munições nas seguintes quantidades e natureza: 10.500 (DEZ MIL E QUINHENTOS) CARTUCHOS DE MUNIÇÃO CALIBRE 38 SPL CHOG 158, 5.000 (CINCO MIL) CARTUCHOS DE MUNIÇÃO CALIBRE 12/70 CH-SG PLAST HI-IMPACT E 300 (TREZENTOS) CARTUCHOS DE MUNIÇÃO CALIBRE .380 AU-TO ETOG 95.

ZULMAR PIMENTEL DOS SANTOS

(88.123.174.012-0/R\$ 179.52/18.03.04)

##### PORTARIA Nº 418, DE 4 DE MARÇO DE 2004

O DIRETOR DE POLÍCIA JUDICIÁRIA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL-SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 32 do Decreto nº 89.056, de 24 de novembro de 1983, alterado pelo artigo 1º do Decreto nº 1.592, de 10 de agosto de 1995, atendendo a solicitação por parte do interessado, bem como decisão prolatada no Processo nº 08455.034049/2002-08- SR/DPF/RJ; resolve:

Cancelar a Autorização para Funcionamento, concedida através da Portaria MJ nº 549, publicada no D.O.U. em 21 de agosto de 1989, para exercer a atividade de Vigilância, à empresa VIGIBRAS VIGILANCIA DO BRASIL LTDA., CNPJ/MF nº 32.208.605/0001-69, localizada no Estado do RIO DE JANEIRO.

GETÚLIO BEZERRA SANTOS

(OF. Nº 798/19.03.04/G200015/GESTÃO 20910/900083)

##### PORTARIA Nº 421, DE 4 DE MARÇO DE 2004

O DIRETOR DE POLÍCIA JUDICIÁRIA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL - SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 32 do Decreto nº 89.056, de 24 de novembro de 1983, alterado pelo artigo 1º do Decreto nº 1.592, de 10 de agosto de 1995, atendendo a solicitação por parte do interessado, bem como decisão prolatada no Processo nº 08270.010712/2003-10- DELESP/CE; resolve:

Cancelar a Autorização para Funcionamento, concedida através da Portaria MJ nº 351, publicada no D.O.U. em 07 de junho de 1989, para exercer a atividade de Curso de Formação de Vigilantes, à empresa CENTRO DE TREINAMENTO DE VIGILANTES CEL. HAMILTON HOLANDA S/C LTDA, CNPJ/MF nº 23.469.299/0001-23, localizada no Estado do CEARÁ..

GETÚLIO BEZERRA SANTOS

(OF. Nº 798/19.03.04/G200015/GESTÃO 20910/900083)

##### PORTARIA Nº 433, DE 5 DE MARÇO DE 2004

O DIRETOR DE POLÍCIA JUDICIÁRIA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL - SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 32 do Decreto nº 89.056, de 24 de novembro de 1983, alterado pelo artigo 1º do Decreto nº 1.592, de 10 de agosto de 1995, atendendo a solicitação por parte do interessado, bem como decisão prolatada no Processo nº 08280.004331/97-82- DELESP/DF; resolve:

Cancelar a Autorização para Funcionamento, concedida através das Portarias DEASP nº 112 e 113, publicada no D.O.U. em 11 de abril de 1991, para exercer a atividade de Vigilância, à empresa SEG - SERVIÇOS ESPECIAIS DE SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES S/A., CNPJ/MF nº 33.641.366/0004-41, localizada no DISTRITO FEDERAL.

GETÚLIO BEZERRA SANTOS

(OF. Nº 798/19.03.04/G200015/GESTÃO 20910/900083)

##### PORTARIA Nº 503, DE 17 DE MARÇO DE 2004

O DIRETOR-EXECUTIVO SUBSTITUTO DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102, de 20 de junho de 1983, alterada pela Lei nº 9.017, de 30 de março de 1995, regulamentada pelo Decreto nº 89.056, de 24 de novembro de 1983, atualizado pelo Decreto nº 1.592, de 10 de agosto de 1995, atendendo a requerimento da parte interessada, nos termos do art. 28 da Portaria nº 992-DG/DPF, de 25 de outubro de 1995, alterada pela Portaria nº 277-DG/DPF, de 13 de abril de 1998 e, considerando, finalmente, o posicionamento favorável da Coordenação-Geral de Controle de Segurança Privada, conforme despacho exarado nos autos do Processo nº 08512.017847/2003-16-DELESP/SP, declara revista a autorização para funcionamento concedida à empresa EMPRESA DE SEGURANÇA DE ESTABELECIMENTO DE CRÉDITO ITATIAIA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 46.650.107/0001-86, especializada na prestação de serviços de VIGILÂNCIA, e habilitada a exercer a atividade de SEGURANÇA PESSOAL PRIVADA, tendo como sócios EDMAR BATISTA MOREIRA e JULIA FERNANDES MOREIRA, para efeito de exercer suas atividades no Estado de SÃO PAULO.

GETÚLIO BEZERRA SANTOS

(88.123.174.015-5/R\$ 209.44/18.03.04)

#### SECRETARIA DE DIREITO ECONÔMICO

##### DESPACHOS DA SECRETARIA

Em 19 de março de 2004

Nº 312 - Ref. Ato de Concentração nº 08012.009109/2003-36. Requerentes: Teva Pharmaceutical Industries Limited e Sicom Inc. Adv. Fábio Amaral Figueira e Outros. Acolho a Nota Técnica de fls., aprovada pela Coordenadora-Geral de Controle de Mercado do Departamento de Proteção e Defesa Econômica, Dra. Mariana Tavares de Araujo, cujos termos passam a integrar esta decisão, como sua motivação. Opino, conseqüentemente, pela aprovação do ato, sem restrições, devendo este processo ser encaminhado ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, em cumprimento ao disposto no § 6º do art. 54 da Lei 8.884/94.

Nº 313 - Ref.: Ato de Concentração nº 08012.009260/2003-74. Requerentes: Brascan Energética S.A e Companhia Força e Luz Cataguazes-Leopoldina. Adv. Luis Fernando Schuartz e Outros. Acolho a Nota Técnica de fls., aprovada pela Coordenadora-Geral de Controle de Mercado do Departamento de Proteção e Defesa Econômica, Dra. Mariana Tavares de Araujo, cujos termos passam a integrar esta decisão, como sua motivação. Opino, conseqüentemente, pela aprovação do ato, sem restrições, devendo este processo ser encaminhado ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, em cumprimento ao disposto no § 6º do art. 54 da Lei 8.884/94.

Nº 314 - Ref.: Ato de Concentração nº 08012.007591/2003-70. Requerentes: Alcan Alumínio do Brasil e EPP - Energia Elétrica Pro-